MigraCidades: Aprimorando a Governança Migratória Local

2

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS E SENSIBILIZAÇÃO SOBRE DIREITOS DOS MIGRANTES

Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Presidente

Diogo Godinho Ramos Costa

Diretor de Educação Continuada

Paulo Marques

Coordenador-Geral de Educação a Distância

Carlos Eduardo dos Santos

Conteudista/s

Camila B. F. Baraldi, (Conteudista, 2020).
Isadora da Silveira Steffens (Coordenadora OIM, 2020).
Marcela Coimbra de Albuquerque, (Coordenadora, 2020).

Curso produzido em Brasília 2020.

Desenvolvimento do curso realizado no âmbito do acordo de Cooperação Técnica FUB / CDT / Laboratório Latitude e Enap.

Enap, 2019

Enap Escola Nacional de Administração Pública

Diretoria de Educação Continuada

SAIS - Área 2-A - 70610-900 — Brasília, DF

Sumário

Módulo 2 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS E SENSIBILIZAÇÃO SOBRE DIREITOS DOS MIGRANTES

Apresentação

Boas-Vindas de volta ao curso MigraCidades: Aprimorando a Governança Migratória Local .

Iniciaremos, agora, os assuntos relativos ao módulo 2, sobre a Capacitação de servidores públicos e sensibilização sobre direitos dos migrantes.

Por se tratar de um tema relativamente novo para alguns governos locais, o atendimento aos migrantes traz novidades para o cotidiano dos servidores públicos. Ações de capacitação e sensibilização são importantes caminhos para ajudar o serviço público a se adaptar às singularidades e, efetivamente, ajudar o migrante, garantindo seus direitos.

Além da capacitação de servidores públicos locais, este módulo trata das ações de sensibilização junto à população em geral, etapa igualmente essencial para assegurar o direito e a segurança dos migrantes no Brasil.

O conteúdo deste módulo é estruturado em duas unidades:

Unidade 1 - Implementação de capacitações
- 1.1 Possíveis conteúdos para as capacitações
- 1.2 Públicos das capacitações

Unidade 2 - Sensibilização da comunidade
- 2.1 Para que serve?
- 2.2 Como fazer?

Unidade 1 - Implementação de capacitações

Objetivo

Existem conhecimentos específicos necessários ao servidor público para o atendimento aos migrantes. Seus documentos são diferentes. A língua que falam pode ser desconhecida e os hábitos alimentares podem não ser os mesmos que os dos brasileiros. A religião pode ser diferente. A igualdade nas relações entre os gêneros pode ser respeitada em maior ou menor grau em suas sociedades de origem.

Antes de chegar ao Brasil, os migrantes percorrem longas jornadas e, muitas vezes, o motivo da decisão de migrar está ligado à realidade dos países de origem. Conhecer essa realidade e as situações que eles podem ter enfrentado durante o trajeto proporciona aos servidores maior compreensão do contexto em que essas pessoas estão inseridas e das suas reais necessidades.

Ao final da unidade, você será capaz de reconhecer a importância e as formas de promoção de capacitações para servidores públicos.

1.1. Possíveis conteúdos para as capacitações

Sobre os **conteúdos das capacitações**, é possível variar o foco. Podem ser ofertados, entre outros:

1 – Documentação - Entre os principais documentos, estão a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM, conhecida como RNE antes da vigênciada atual Lei de Migração) e os protocolos de solicitação de CRNM e de Refúgio.

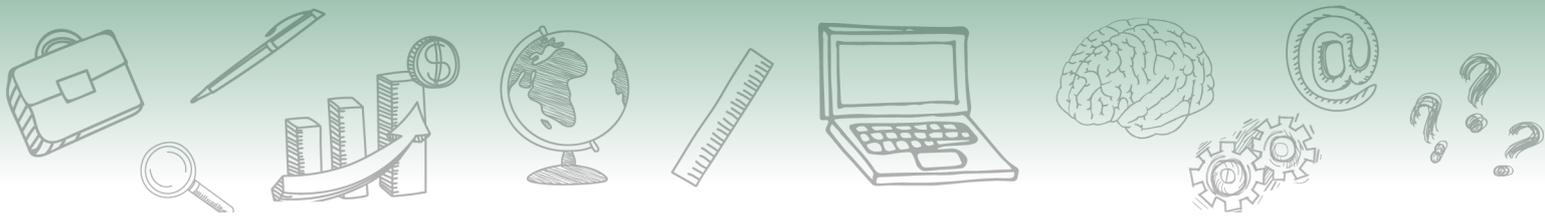
2 – Legislações vigentes - Referências às legislações vigentes sobre o tema das migrações.

3 – Direito dos migrantes - Informações sobre o direito dos migrantes de acesso aos serviços públicos, como os centros de acolhida e os serviços de educação obrigatória e de saúde. Independentemente da apresentação de qualquer documentação brasileira, os migrantes podem acioná-los.

4 – Realidade nos países de origem - É importante que servidores conheçam situações de emergência humanitária e de guerras; níveis de oferta de serviços essenciais e de garantia de direitos básicos.

5 - Características que os distinguem - Informações sobre as características que distinguem os migrantes de outros segmentos populacionais e que explicam suas necessidades específicas.

6 – Desafios - Panorama sobre as rotas de chegada ao território local e os desafios enfrentados pelos migrantes no trajeto.

7 – Aspectos da cultura - Conhecimento sobre aspectos da cultura dos principais grupos

de migrantes presentes no território local: o idioma falado, a religião ou as religiões praticadas, a culinária, as festas. Os servidores podem, por esse meio, ter uma compreensão mais ampla sobre os indivíduos que irão atender.

8 – Gêneros e os seus direitos - Conhecimento sobre o maior ou menor grau de respeito ao princípio da igualdade de direitos entre os gêneros nas sociedades de origem, para que os servidores desenvolvam melhores ferramentas para orientar e agir em casos de violação.

9 - Situações específicas - Abordagem de situações específicas, como o atendimento a crianças e adolescentes migrantes.

1.2. Públicos das capacitações

Entre os servidores públicos, há uma parte prioritária que se divide em dois segmentos. O primeiro é o que trabalha no atendimento direto aos migrantes no estado ou município. Ele precisa ser priorizado porque vivencia cotidianamente os desafios do atendimento intercultural e multilíngue.

O segundo grupo é composto por aqueles que trabalham na gestão, em temas relacionados à migração. Eles são responsáveis pela formulação, implementação e avaliação das ações necessárias para adaptar os atendimentos e precisam conhecer a realidade para agir sobre ela. Neste trabalho, os gestores podem se beneficiar da troca de experiências com os profissionais de atendimento e com atores da sociedade civil que atuam no tema.

1.3. Mapeando a demanda

Em cidades maiores, é preciso pensar mecanismos para mapear a necessidade das capacitações e para receber solicitações de capacitação por parte dos serviços públicos. Pontos de serviços mais distantes talvez não tenham acesso à oferta de capacitações ou não tenham conhecimento de onde buscá-las. Por outro lado, é possível que a área responsável pelas capacitações não conheça toda a demanda da região.

1.4. Atores das capacitações

E quem pode realizar as capacitações?

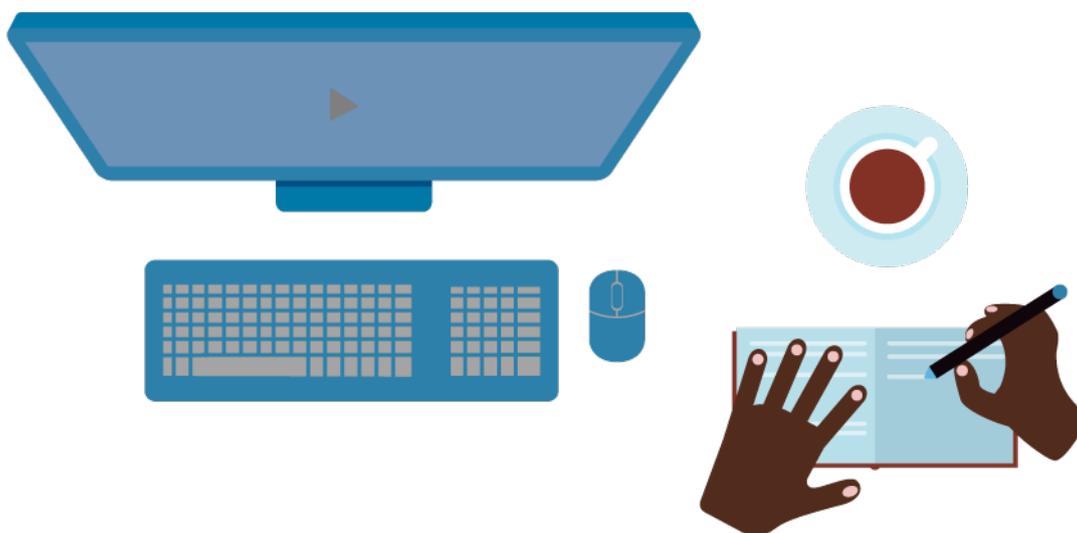
Cada ente local avaliará sua realidade, buscando encontrar atores com conhecimento para conduzir as capacitações. Alguns caminhos podem ser:

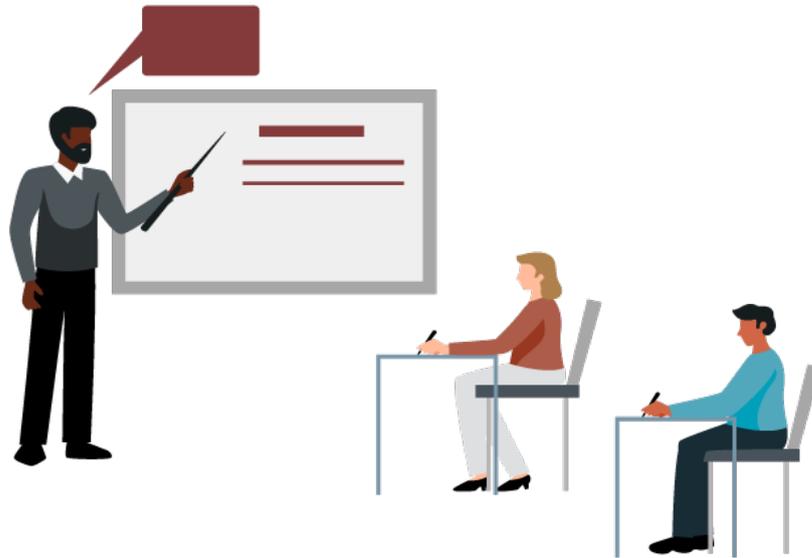
Parcerias

Buscar parcerias com:

- entidades da sociedade civil que atuam no tema;
- outros entes governamentais em todos os níveis com experiência para compartilhar (governos locais, órgãos do governo federal);
- universidades, organizações internacionais, defensorias públicas, entre outras instituições.

Cursos a Distância

Buscar a oferta de cursos de Educação a Distância (EaD) em instituições como a Rede da Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), o Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSUAS) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Também é possível solicitar a essas instituições a elaboração de cursos específicos.

Facilitadores de Aprendizagem

Formar facilitadores de aprendizagem entre os servidores públicos para que eles possam replicar o conteúdo.

DESTAQUE

O estado de Pernambuco experimentou o uso da metodologia de EaD na área da Assistência Social. O curso Migração e Refúgio: Desafios para a Assistência Social foi oferecido por meio do Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social (SIGAS-PE).

Em Cuiabá, um projeto de extensão foi criado com a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) para capacitar alunos do curso de Serviço Social. Eles foram habilitados como agentes disseminadores do conhecimento na área de gestão de novos fluxos migratórios e de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

A Coordenadoria de Políticas de Diversidades Educacionais da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer (SEDUC) do estado do Mato Grosso realizou o primeiro curso de formação continuada de 2018 para profissionais da Educação que atuam diretamente com migrantes nos municípios de Cuiabá, Várzea Grande e Sinop. O curso concentrou-se em dois aspectos: o combate à xenofobia, ao racismo e à discriminação; e o ensino de português como segunda língua.

Em São Paulo, a Coordenação de Políticas para Migrantes e Trabalho Decente (CPMig) negociou formações com áreas interessadas: Saúde, Educação, Assistência Social. Atualmente o Centro de Referência e Atenção ao Imigrante recebe demandas de serviços que precisam de capacitação.

Em parceria com a Escola Municipal de Administração Pública (EMASP), a CPMig oferece uma formação mensal. São utilizados recursos audiovisuais, poesia e literatura nas capacitações oferecidas porque esses elementos colaboram com o processo de sensibilização dos servidores.

Abrir espaços nas capacitações para que os migrantes possam relatar suas trajetórias é outro recurso bastante efetivo. Em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, uma parceria entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ofertou, em 2017, o primeiro Curso Migração, Refúgio e Políticas Públicas. A participação dos migrantes e refugiados intensificou a sensibilização dos servidores participantes.

Uma parceria entre a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Escola Superior da Defensoria Pública da União ofertou o curso EaD Uma Introdução às Migrações Internacionais. O curso era voltado às pessoas que trabalhavam no atendimento ao migrante, sejam atores públicos ou da sociedade civil e mais de 1.200 pessoas participaram.

Unidade 2 - Sensibilização da comunidade

Objetivo

Ao final desta unidade, você será capaz de reconhecer as formas de sensibilização da população sobre os direitos dos migrantes.

2.1. Para que serve?

A sensibilização da população em geral sobre os direitos dos migrantes complementa as capacitações de servidores públicos. Quando a comunidade entra em contato com a realidade e a cultura dos migrantes, ela conhece melhor as contribuições que a diversidade e a riqueza cultural trazem para a sociedade. Ao compreender os fundamentos da ação do governo local no atendimento aos migrantes, a comunidade local torna-se parceira no combate à xenofobia, ao racismo e a qualquer outra forma de discriminação.

2.2. Como fazer?

A sensibilização da população pode ser feita com campanhas em várias mídias: vídeos, panfletos informativos, rádio, realização ou apoio a eventos. Entre as formas permanentes de disseminação estão as publicações e a distribuição de material informativo. O intuito é promover debates e discussões na sociedade local.

DESTAQUE

O município de São Paulo promoveu uma campanha ampla intitulada "São Paulo tem lugar para todos e para todas. Menos para a intolerância." Foram distribuídos folhetos, feitas publicações em redes sociais, afixados cartazes em pontos de ônibus e exibidas mensagens em sistemas de televisão de ônibus e metrô.

Com a chamada "São Paulo respeita migrantes e imigrantes", trabalhou-se o combate à xenofobia e à discriminação sob a afirmação de que "São Paulo é formada por paulistanos de todas as nacionalidades e por migrantes que enriquecem a economia e a cultura da nossa cidade."

Mais uma campanha, essa específica da área de saúde, foi "O SUS é para tod@s". Ela contou com cinco vídeos em que migrantes recentes e brasileiros descendentes de migrantes relatam de onde vêm e de onde vêm seus antepassados, lembrando, ao final, que o SUS é para tod@s!" Confira aqui.

Tome nota de algumas ações necessárias para monitorar a capacitação e a sensibilização de servidores.

Métodos e ferramentas para monitorar a dimensão "Capacitação de servidores públicos e sensibilização sobre direitos dos migrantes". Verificar:

- Se foram feitas capacitações com os servidores públicos dos governos locais que atenderam migrantes no último ano.
- Se há um mecanismo de busca ativa e de recebimento de demandas de capacitação de servidores no governo local.
- Se as capacitações abordaram temas de sensibilidade cultural.
- Se as capacitações abordaram temas de gênero.
- Se as capacitações abordaram temas de direitos humanos e direitos dos migrantes.
- Se foram realizadas, no último ano, campanhas de sensibilização da população em geral sobre direitos dos migrantes.
- Se as campanhas ou a distribuição de materiais informativos celebram a diversidade, fortalecem a sensibilidade cultural e coíbem qualquer forma de discriminação.

Revisando o Módulo

A capacitação e a sensibilização sobre os direitos dos migrantes são ferramentas úteis para proporcionar ao servidor público tanto conhecimentos específicos sobre os direitos dos migrantes quanto meios para garanti-los nos atendimentos do governo local.

Conhecer os contextos culturais, políticos e sociais que envolvem os migrantes possibilita ao servidor público compreender melhor essas pessoas e entender quais são as suas necessidades.

Alguns dos **conteúdos das capacitações** podem ser: (1) as características próprias da documentação dos migrantes; (2) as legislações vigentes acerca do tema; (3) o direito dos migrantes de ter acesso aos serviços públicos; (4) a realidade nos países de origem; (5) as características que distinguem os migrantes; (6) os desafios enfrentados pelos migrantes no trajeto até o Brasil; (7) aspectos da cultura; (8) o princípio da igualdade de direitos entre os gêneros nas sociedades de origem; (9) outras situações específicas.

Cada ente local irá, a partir da sua realidade, checar como pode encontrar **atores para conduzir as capacitações.** É possível buscar parcerias entre governos locais ou com os diferentes níveis de governo, universidades, organizações internacionais, defensorias públicas, entre outras instituições. Uma opção é encontrar cursos EaD em instituições como a Rede da Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), o CapacitaSUAS e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Além de oferecer capacitações aos servidores que atendem migrantes, os governos locais podem promover a sobre os direitos dos migrantes. A conscientização da comunidade sobre as contribuições que a diversidade e a riqueza cultural trazem para a sociedade cria melhor entendimento sobre as ações do ente local e torna a população parceira no combate à xenofobia, ao racismo e a qualquer outra forma de discriminação

Referências

DELFIM, Rodrigo Borges. **Capacitação para atendimento a migrantes ganha espaço no Brasil.** In: Portal MigraMundo. Publicado em: 09 de outubro de 2017. Disponível em: https://migramundo.com/capacitacao-para-atendimento-a-migrantes-ganha-espaco-no-brasil/

GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO. **Seduc realiza curso de formação para profissionais que atuam com imigrantes.** In: Portal da Secretaria de Estado da Educação do Mato Grosso. Publicado em 02 de abril de 2018. Disponível em: http://www2.seduc.mt.gov.br/-/9517720-seduc-realiza-curso-de-formacao-para-profissionais-que-atuam-com-imigrantes?inheritRedirect=true

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Curso "Migração e Refúgio: Desafios para a Assistência Social"I**n: Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social (SIGAS-PE). Disponível em: https://www.sigas.pe.gov.br/pagina/programa-capacitasuaspe--execuo-asces--ensino-a-distncia--ead

OIM RECEBE INSCRIÇÕES PARA TERCEIRA EDIÇÃO DE CURSO SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. In: Portal das Nações Unidas Brasil. Publicado em 15/04/2019. Disponível em: https://nacoesunidas.org/oim-recebe-inscricoes-para-terceira-edicao-de-curso-sobre-migracoes-internacionais/

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Campanha o SUS é para tod@s.** In: Canal Profissional da Secretaria Municipal de Saúde. Publicado em: 28 de abr de 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QHijPqXhltc&list=PLYEqQbVuP4YHfVQ1FafAy5aZDjZxo88Cl&index=1

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Relatório de Atividades da Coordenação de Políticas para Migrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.** 2013-2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_547355.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO (UFMT). **Detalhes do Projeto Alterando Curso sobre Migrações, Refúgio, Tráfico de Pessoas e Atendimento ao Migrante, no âmbito do Projeto MT Brasil.** In: SIEX - Sistema de Extensão Universitária. Disponível em: http://sistemas.ufmt.br/ufmt.siex/Projeto/Detalhes?projetoUID=1709